
Prefácio do Editor

Estes ensaios fazem parte do objectivo do Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento (CEDE) e da Rosa Luxemburg Stiftung (RLS) de discutir a relação entre a violência, justiça social e o processo de construção do Estado em Moçambique. Estes ensaios pretendem contribuir com análises de política para o reforço da ligação entre Estado e a sociedade. Com o processo de produção dos ensaios, o CEDE pretende contribuir para o alcance do seu objectivo de promover a intersubjectividade académica no tratamento dos desafios de construção do Estado em Moçambique.

Autores:

Milissão Nuvunga
&
Sheid Eura

Sumário Executivo

A pandemia do Covid-19 tem o potencial de exacerbar a vulnerabilidade das pessoas em locais de conflito militar. De acordo com a International Crisis Group, a pandemia pode criar desordem em estados frágeis, provocar largos distúrbios sociais e testar de forma severa os sistemas internacionais de gestão de crises. Moçambique tem uma população em situação de extrema vulnerabilidade devido aos conflitos na zona Centro e Norte do país, tem que gerir a pandemia sem recursos para arcar com os custos das medidas sociais e económicas, e mostra uma tendência muito grande de aproveitamento político da crise. Mesmo havendo oportunidades que podem ser aproveitadas para melhorar a governação e reduzir a intensidade do conflito, existem até hoje poucos indícios de que isso esteja a ser tentado pelos diferentes actores políticos e pelos parceiros de cooperação de Moçambique.

Coordenador da Série:
Milissão Nuvunga

Agradecimentos:

O CEDE gostaria de agradecer à RLS pelo financiamento que possibilitou a recolha da informação sobre a Covid-19 usada neste ensaio.

Milissão Nuvunga, é mestre em Estudos de Paz e Desenvolvimento e estudante de Doutoramento na Escola de Estudos Globais da Universidade de Gotemburgo (Suécia). O seu tema de pesquisa está relacionado com a capacidade do Estado em Mocambique para a redução da pobreza, olhando para as dinâmicas do regime, relações sociedade-estado, e sociedade civil. Está desde 1996 envolvido em actividades da sociedade civil em Moçambique, e é actualmente Director Executivo do Centro de Estudos de Democracia e Desenvolviemnto (CEDE). Nos últimos anos organizou no CEDE diversos eventos dos quais produziu, e dinamizou a produção, de vários Policy Briefs e Working Papers.

Sheid Eura, é finalista em Relações Internacionais e Diplomacia e é activista académica no CEDE desde 2020 produzindo o Boletim Covid-19 e as subseqüentes análises semanais e mensais. Escreve também sobre questões de teologia e sobre a questão da liberdade individual na doutrina cristã.

Introdução

A pandemia do Covid-19 tem o potencial de exacerbar a vulnerabilidade das pessoas em locais de conflito militar. De acordo com a International Crisis Group, a pandemia pode criar desordem em estados frágeis, provocar largos distúrbios sociais e testar de forma severa os sistemas internacionais de gestão de crises. O International Crisis Group menciona 7 aspectos a considerar:

1. A vulnerabilidade das populações afectadas pelo conflito

2. Danos à Gestão Internacional de Crises e mecanismos de resolução de Conflitos
3. Riscos à ordem social
4. Aproveitamento político da crise
5. Mudanças na balança de poder entre as grandes potências?
6. Oportunidades por aproveitar
7. Medidas para mitigação de potenciais crises

Muitos destes desafios podem ser vistos em Moçambique, tendo como ponto de partida alguns dos pontos levantados pelo ICG. Moçambique tem uma população em situação de extrema vulnerabilidade devido aos conflitos na zona centro e Norte do país, tem que gerir a pandemia sem recursos para arcar com os custos das medidas sociais e económicas, e mostra uma tendência muito grande de aproveitamento político da crise. Mesmo havendo oportunidades que podem ser aproveitadas para melhorar a governação e reduzir a intensidade do conflito, existem até hoje poucos indícios de que isso esteja a ser tentado pelos diferentes actores políticos e pelos parceiros de cooperação de Moçambique.

A vulnerabilidade das populações afectadas pelo conflito

O ICG diz que as as populações de países afectados por conflitos - tanto os países em guerra com os países sofrendo dos seus efeitos posteriores - são potencialmente vulneráveis à eclosão de doenças. Quando misturado com corrupção, má gestão e sanções (como por exemplo o corte da ajuda e a crise subsequente por causa das dívidas ocultas no caso de Moçambique), isso deixa o sistema de saúde mal preparado para lidar com a Covid-19.

Por exemplo, as populações das zonas afectadas pelos conflitos (Cabo Delgado

e zona centro do país) estão em condições de vulnerabilidade. Em Mocímboa da Praia e outros distritos de Cabo Delgado, as unidades sanitárias foram destruídas pelos ataques dos insurgentes, colocando a população fora do sistema de Saúde. De acordo com Jornal O País, todas as instituições do Estado e do Governo no distrito de Quissanga, na zona centro da província de Cabo Delgado, encerraram as portas e há cerca de dois meses estão a funcionar provisoriamente no distrito de Metuge, devido a insegurança provocada pelos ataques terroristas. Além de Quissanga este ano os supostos terroristas assaltaram outras três sedes distritais nomeadamente: Muidumbe, Macomia e Mocímboa da praia.

Em alguns distritos de Manica e Sofala, a situação de insegurança político-militar coloca as populações sem acesso a serviços de saúde de qualidade. O médico chefe distrital de Nhamatanda referiu que um indivíduo recém chegado da África do Sul, que acusou positivo ao teste para a Covid-19, a observar o isolamento domiciliário na localidade de Chiadeia, em Sofala, está desprovido de acompanhamento médico devido a ataques armados da Renamo (Junta Militar da Renamo, de Mariano Nhongo).

A situação de vulnerabilidade estende-se ao suprimento de necessidades básicas e à dificuldades em garantir mecanismos de prevenção e mitigação de impactos negativos para as populações deslocadas. Armindo Ngunga, Secretário de Estado da província de Cabo Delgado, citado pela Lusa, disse a propósito: "Fizemos uma ronda pelos bairros para ver qual é a situação e constatámos que o número de pessoas na mesma casa chega a 20, 30 e até mesmo 50". Parte das populações que se deslocam das zonas afetadas pela

violência armada em Cabo Delgado hospedam-se em casa de amigos e familiares, observou." Nessas condições nem vale a pena pensar que as pessoas vão ficar em casa", refere ainda Ngunga citado pela Lusa e pela DW.

Riscos à ordem social

O stress causado pela pandemia da Covid-19 nas sociedades e sistemas políticos pode criar o potencial de novos focos de violência. A curto prazo, as medidas de distanciamento social criadas pela ameaça da doença pode travar a desordem popular, quando manifestantes evitam grandes concentrações de pessoas. De acordo com o ICG, a ameaça da doença pode ser também usada por regimes autoritários para reprimir a livre expressão, e os efeitos sociais e económicos das medidas já provocaram manifestações em muitos países.

Em Moçambique, muitos cidadãos têm reclamado que algumas medidas adoptadas no âmbito do decreto do estado de emergência tem criado prejuízos que não são levados em consideração pelas autoridades. A postura da Polícia muitas vezes tem sido caracterizada por abusos e violência - em alguns pontos do país como em Inhambane e Moamba, alguns moradores sentem-se indignados devido a cobranças ilícitas e maus tratos protagonizados pela PRM, referentes aos municípios que não obedecem às recomendações de prevenção do novo Coronavírus.

Aproveitamento político da crise

Apesar desse potencial de pressões sociais, o ICG refere existir amplo espaço para os líderes políticos tentarem explorar o COVID-19, para solidificar o poder em casa ou buscar seus interesses

no interior e no exterior. Em Moçambique, o partido no poder tem-se aproveitado do seu protagonismo (posição como governo e partido dominante) para tirar ganhos políticos com a situação da Covid-19, promovendo a sua imagem através de acções de apoio em nome do partido, não do governo, e ofuscando iniciativas de outros partidos políticos da oposição que acabam não tendo muita cobertura da media.

Uma recolha de Homaida Obra sobre menções de líderes partidários e outras figuras políticas mostra que uma grande percentagem (números) de notícias são para figuras ligadas ao partido no poder. No mês de Junho, das 107 notícias identificadas como se referindo a uma figura política, 37 são ligadas a membros do governo, 29 reportam ações de figuras da Frelimo, 17 referiam-se a um pronunciamento ou acção de um Secretário de Estado, 11 ao Presidente da República, quatro se referiam a um Edil, quatro à uma figura da Renamo, duas à uma esposa de um governador, uma ao partido AMUSI, uma à Assembleia da República e uma à Primeira Dama. Obviamente, a pandemia da Covid-19, em sintonia com o novo quadro descentralizado das governação no país, reforça em grande medida a parcialidade política dos media na reportagem dos assuntos ligados a Covid-19.

A maioria das intervenções da Frelimo tem um fundo político, como se pode observar com a iniciativa da monitoria ao cumprimento de medidas de prevenção da Covid-19, por parte das brigadas centrais - como pode se verificar na seguinte nota: “Prevenção a Covid-19: Frelimo renova promessa de trabalhar para o povo. Durante a sua visita ao distrito municipal KaNyaka,

ontem (22 de Julho), em Maputo, para o acompanhamento das acções do partido na prevenção da Covid-19, o Primeiro-Secretário da Frelimo na cidade de Maputo, Razaque Manhique, renovou a promessa do partido de trabalhar para melhorar as condições de bem-estar da população da capital do país, em particular, e do país, em geral.

Oportunidades a serem exploradas

Segundo o ICG na sua análise, mesmo que os sinais de aviso prévio sobre os potenciais de conflito associados à pandemia da Covid-19 sejam significativos, existem também alguns sinais de esperança de reconciliação. De acordo com a instituição, “A extensão da eclosão cria espaço para gestos humanitários entre rivais”.

Moçambique é um exemplo disso. Antes da crise, o país tinha algumas restrições para receber apoio financeiro internacional devido à crise da dívida externa, porém com a crise da pandemia da Covid-19, os doadores anunciaram disposição em voltar a prestar apoio financeiro. Tal como outros países africanos, Moçambique enfrentava crises socioeconômicas (precariedade dos sistemas de saúde, infraestruturas escolares,ect) - por negligência ou não - e o constrangimento da falta de recursos financeiros que permitissem sistemas de qualidade e um relativo preparo para a crise que surgiu. Moçambique podia usar esta oportunidade e usar o apoio externo no contexto do combate à Covid-19 para fazer melhorias significativas nesses pontos essenciais de infraestrutura.

Alguns Estados têm invocado a crise para decretar tréguas nos seus conflitos internos. A ICG menciona as Filipinas como um exemplo disso. Aproveitando-se da disposição dos outros Estados e

Organizações Internacionais em prestar apoio nesta matéria, Moçambique teria a possibilidade de se beneficiar para obter apoio no combate aos conflitos que enfrenta e à consequente crise humanitária e sanitária, de modo a minimizar a dificuldade em prestar o apoio necessário às populações evitar a possibilidade de surtos nessas zonas de risco. Moçambique pode usar a oportunidade da Covid-19 para apelar por uma trégua com os grupos armados que desafiam a legitimidade do governo. Contudo, pela dinâmica da situação de conflito actual, Moçambique ainda está longe desse estado de maturidade no conflito. Podemos verificar essa realidade de acordo com algumas notas informativas sobre a dinâmica do conflito, com continuadas operações militares levadas a cabo pelas FDS para travar os insurgentes e as destruições de vidas e alvos civis, económicos e sociais protagonizadas pelos grupos terroristas.

Consideracoes finais:

Numa perspectiva de conflito, os desenvolvimentos em redor da Covid-19 em Moçambique mostram contornos preocupantes. Quando a pandemia eclodiu, Moçambique se encontrava mergulhado em três conflitos, dois domésticos e um internacional. No plano doméstico, temos a continuação do conflito político-militar na zona centro e da insurgência em Cabo Delgado. No plano internacional, existe o conflito com os parceiros resultante do escândalo das dívidas ocultas. A pandemia vem assim encontrar um sistema político doméstico extremamente fragilizado, e uma população a viver já em condições de extrema vulnerabilidade.

As reacções dos diversos actores foram marcadamente diferentes. Os actores internacionais optaram por tomar a pandemia como um factor orientador e financiaram os esforços do governo de

combater os efeitos nefastos do combate à Covid-19 - que se desenrolam nos campos biomédico, social e económico. Neste sentido, estes preferiram colocar de lado as suas divergências com o governo. No plano doméstico, o inverso parece estar a acontecer. É difícil ver esforços do governo, da Junta Militar da Renamo, e dos insurgentes em colocar a vulnerabilidade da população acima dos seus desígnios políticos. Propostas de amenização das hostilidades escasseiam da parte dos tres beligerantes.

É preciso notar positivamente que apesar desse continuar da beligerância política no país, o Presidente da República tem-se pronunciado com vigor sobre a necessidade de gerir de forma firme mas pacífica os desvios comportamentais dos cidadãos. Esta empatia do Presidente para com o povo, quando se trata dos excessos de zelo dos agentes da lei e ordem, suaviza muitos dos potenciais ressentimentos populares.

Infelizmente, a crise da Covid-19 está a levar à um potencial aproveitamento político da crise. A cobertura noticiosa sobre a pandemia pesa desproporcionalmente a favor do partido no poder, e responsáveis governamentais. De certo modo, o combate à pandemia, que é dos poucos actos políticos no país que detém consenso nacional, transforma a cobertura mediática num evento governamental-partidário.

Até ao momento, o país continua a fazer tanto a guerra como a política, da mesma forma como fazia antes da pandemia.

FIM.